



ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA  
GABINETE DO PREFEITO



LEI N.º 743/2021,

DE 26 DE JANEIRO DE 2021..

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS NO MUNICÍPIO DE PEDRA BRANCA, DISPONDO SOBRE A REMISSÃO E ANISTIA DE MULTAS E JUROS, PARCELAMENTO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO-TRIBUTÁRIOS, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA, Francisco Severo Carnaúba, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Pedra Branca, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte L E I :

Art. 1º - Esta Lei institui o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, e estabelece os procedimentos relativos à concessão de anistia de créditos tributários oriundos do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN; do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU; e do Imposto de Transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis – ITBI, inscritos ou não em Dívida Ativa no Município de Pedra Branca.

**CAPÍTULO I**  
**DA ANISTIA**

Art. 2º - As pessoas físicas e jurídicas, contribuintes ou não do ISSQN, IPTU e ITBI, ficam dispensadas do pagamento dos juros e multas, nos percentuais abaixo indicados, relativos aos créditos tributários respectivos, inscritos ou não em Dívida Ativa do Município, de cobranças judiciais ou administrativas, parcelados ou não, inclusive aqueles com exigibilidade suspensa, decorrentes de fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2020, desde que realizado o pagamento do principal e os acréscimos, quando for o caso, em moeda corrente, com a observância dos seguintes critérios:

I – sem acréscimos, se o valor principal for pago, em até (06) seis parcelas, sendo recolhida a primeira parcela até 26 de fevereiro de 2021 e as demais até o último dia útil dos meses seguintes;

II – com redução de 90% (noventa por cento), das multas punitivas, moratórias e dos juros de mora, se pago em até 07 (sete) parcelas iguais, desde que a primeira seja recolhida até o dia 26 de fevereiro de 2021, e as demais até o último dia útil dos meses seguintes;





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA  
GABINETE DO PREFEITO



III – com redução de 80% (oitenta por cento), das multas punitivas, moratórias e dos juros de mora, se pago em até 08 (oito) parcelas iguais, desde que a primeira seja recolhida até o dia 26 de fevereiro de 2021 e as demais até o último dia útil dos meses seguintes;

IV – com redução de 70% (setenta por cento), das multas punitivas, moratórias e dos juros de mora, se pago em até 09 (nove) parcelas iguais, desde que a primeira seja recolhida até o dia 26 de fevereiro de 2021 e as demais até o último dia útil dos meses seguintes;

V – com redução de 60% (sessenta por cento), das multas punitivas, moratórias e dos juros de mora, se pago em até 10 (dez) parcelas iguais, desde que a primeira seja recolhida até o dia 26 de fevereiro de 2021 e as demais até o último dia útil dos meses seguintes.

VI – com redução de 50% (cinquenta por cento), das multas punitivas, moratórias e dos juros de mora, se pago em até 12 (doze) parcelas iguais, desde que a primeira seja recolhida até o dia 26 de fevereiro de 2021 e as demais até o último dia útil dos meses seguintes;

§ 1º - Os créditos da Dívida Ativa não Tributária, provenientes do Tribunal de Contas dos Municípios – TCM não poderão ser objeto de pagamento ou parcelamento na forma prevista nesta Lei.

§ 2º - Para fins do disposto neste artigo, o valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 30,00 (trinta reais) para pessoa física e R\$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.

§ 3º - A data limite para adesão aos benefícios previstos nesta Lei será o dia 26 de fevereiro de 2021, podendo ser prorrogado por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º - Findo o prazo de adesão, poderão ser os créditos tributários parcelados em até 12 (doze) meses, sem descontos.





**ESTADO DO CEARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA**  
**GABINETE DO PREFEITO**



§ 5º - O não pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas do acordo e/ou o não atendimento das condições previstas no *caput* deste artigo implicará na anulação do benefício concedido nos termos desta Lei, restaurando-se o débito ao seu valor original atualizado, com inclusão de juros e multas, deduzindo-se os valores das parcelas que tenham sido eventualmente pagas.

§ 7º - Após 90 (noventa) dias do encerramento do prazo de adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, previsto no § 3º deste artigo, a Secretaria de Finanças instituirá uma nova fase de cobrança administrativa no Município:

I – protesto em cartórios;

II – cobrança no âmbito cível e/ou criminal.

Art. 3º - Em qualquer fase do parcelamento realizado com base nesta Lei, o contribuinte poderá pagar antecipadamente as parcelas vincendas com os mesmos benefícios inerentes ao pagamento à vista quanto ao saldo devedor, desde que esteja com a situação fiscal regular no exercício em curso.

**CAPÍTULO II**  
**DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Art. 4º - Compete ao Departamento de Administração Tributária a realização e concessão dos benefícios do REFIS, mediante elaboração de termo de parcelamento e confissão de dívida do beneficiário e emissão de boletos.

Parágrafo Único - Incube ao Departamento de Administração Tributária, informar aos órgãos competentes e requerer a suspensão das cobranças administrativas, bem como a comunicação a Procuradoria Geral do Município do parcelamento dos débitos judiciais;

Art. 5º - Para os efeitos desta Lei, considera-se crédito tributário a soma do imposto, da multa, dos juros e da atualização monetária e, conforme o caso, dos demais acréscimos previstos na legislação tributária.

**CAPÍTULO III**





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA  
GABINETE DO PREFEITO



**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 6º - Após o pagamento da primeira (1ª) parcela, os contribuintes pessoa física e jurídica terão direito a obter Certidão Positiva de Débitos Tributários com Efeito Negativo, referente aos tributos inclusos no parcelamento a que se refere esta lei, sem prejuízos de posteriores débitos tributários, gerados por fatos novos, serem cobrados e devidamente inscritos na dívida ativa do município, tornando o contribuinte inadimplente.

Art. 7º - Os benefícios concedidos através desta Lei não significam renúncia de receita, para fins do disposto na Lei Complementar Federal n.º 101/2000.

Art. 8º - O chefe do Poder Executivo Municipal expedirá os atos necessários à regulamentação da presente Lei.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Pedra Branca - Estado do Ceará, aos 26 de Janeiro de 2021.

**Francisco Severo Carnaúba**  
Prefeito Municipal Interino de Pedra Branca





ESTADO DO CEARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA  
GABINETE DO PREFEITO



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

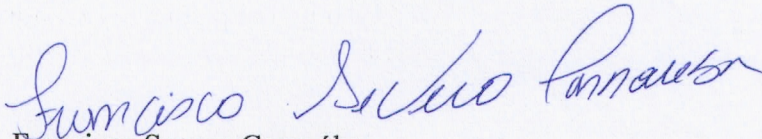
O PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA BRANCA, Sr. FRANCISCO SEVERO CARNAÚBA, no uso da competência que lhe confere o Art. 28, Inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, e Lei Municipal Nº 062/99, de 19 de Abril de 1999, RESOLVE publicar, mediante afixação no rol de entrada do prédio da Prefeitura Municipal de Pedra Branca – Ceará, localizada à Rua José Joaquim de Sousa, Nº 10 / Centro, a Lei Nº 743, de 26 de Janeiro de 2021.

**PUBLIQUE-SE.**

**REGISTRE-SE.**

**CUMPRA-SE.**

Paço da Prefeitura Municipal de Pedra Branca, aos 26 de Janeiro de 2021.

  
Francisco Severo Carnaúba  
PREFEITO MUNICIPAL